

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO– 16.09.2021

1 No dia dezesseis do mês de setembro de 2021, às 10h00min, o Comitê das Bacias
2 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu
3 início à 6ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saneamento Básico, não
4 presencial, via plataforma de videoconferência, tendo como pauta os seguintes
5 assuntos: **1- Apresentação e leitura da pauta; 2- Leitura e aprovação da minuta de**
6 **ata da reunião de 19.08.2021; 3- Votação sobre: Convidar o INEA para**
7 **apresentação sobre o PROCON Água e sobre os Planos de Ação e Emergência**
8 **das Indústrias, referentes à região do Polo Industrial de Queimados, caso existam;**
9 **4- Votação sobre convidar a Sec. M. Amb. Queimados para apresentação sobre os**
10 **Planos de Ação e Emergências das Indústrias, referente à região do Polo Industrial**
11 **de Queimados, caso existam; 5- Informes; 6- Assuntos Gerais.** Maria Adelaide
12 (AGEVAP) solicitou pelo chat que os presentes se identificassem. Lude Viana (Light)
13 informou que estava em substituição ao Carlos Alberto Basílio. Maria Adelaide
14 (AGEVAP) solicitou que enviasse o ofício de substituição. Tatiana Bastos (IDC)
15 perguntou ao coordenador, Marcelo Danilo, se poderia ser consignado o
16 comprometimento da LIGHT de enviar depois. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) informou
17 que era um caso atípico e fez menção ao grupo, perguntando se todos concordavam.
18 Pediu para que se manifestassem caso não concordassem. Como não houve
19 manifestação, declarou como aprovado. Fátima Rocha (AGEVAP) efetuou a leitura das
20 regras da reunião. **Item 1- Apresentação e leitura da pauta;** Fátima Rocha (AGEVAP)
21 efetuou a leitura da pauta. **Item 2- Leitura e aprovação da minuta de ata da reunião**
22 **de 19.08.2021;** Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) perguntou aos membros se tinham
23 alguma contribuição para ata e se podem aprovar. Não houve oposição e a ata foi
24 aprovada. **Item 3- Votação sobre: Convidar o INEA para apresentação sobre o**
25 **PROCON Água e sobre os Planos de Ação e Emergência das Indústrias, referentes**
26 **à região do Polo Industrial de Queimados, caso existam.** Marcelo Danilo
27 (ANAGEA/RJ) informou que, na última reunião, tiveram um certo debate e não
28 alcançaram esses dois itens que era votação para convidar o INEA para apresentação
29 sobre o PROCON Água e a votação também de convidar a Secretaria de Meio Ambiente
30 de Queimados para apresentar sobre as questões da área de plano de emergência das
31 indústrias da região industrial de Queimados. Deixaram para aprovar na reunião de hoje.
32 Gilvoneick Souza (Socioambiental) disse que não sabe se seria interessante convidar a
33 Comissão Ambiental de Saneamento da Alerj, para participar dessas reuniões, já que
34 ela está interessada no projeto de Tomada d'água da CEDAE. Marcelo Danilo
35 (ANAGEA/RJ) informou ao Gilvoneick que daria retorno sobre esta questão. Fátima
36 Rocha (AGEVAP) informou que o item 3 foi aprovado com 6 (seis) votos, sendo de:
37 LIGHT, ANAGEA/RJ, IDC, ABES-Rio, P.M. Piraí e P.M. Miguel Pereira. Tatiana Bastos
38 (IDC) reforçou a importância do envio prévio do material para conhecimento e para que
39 tenham perguntas. **Item 4 - Votação sobre convidar a Sec. M. Amb. Queimados para**
40 **apresentação sobre os Planos de Ação e Emergências das Indústrias, referente à**
41 **região do Polo Industrial de Queimados, caso existam.** Tatiana Bastos (IDC) falou
42 que na parte “caso existam” como é uma obrigação ter, deveria ser: caso não existam,
43 justificar”. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) pediu para corrigir o item de pauta. O item de
44 pauta foi modificado para: Votação sobre convidar a Sec. M. Amb. Queimados para

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO – 16.09.2021

45 apresentação sobre os Planos de Ação e Emergências das Indústrias em sua totalidade,
46 referente à região do Polo Industrial de Queimados. Fátima Rocha (AGEVAP) informou
47 que o item 4 teve 6 (seis) votos favoráveis, sendo de: LIGHT, ANAGEA/RJ, IDC, ABES-
48 Rio, P.M. Pirai e P.M. Miguel Pereira. **Item 5 - Informes** Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ)
49 informou que em reuniões passadas tiveram alguns encaminhamentos que alcançaram
50 a Plenária, que foi um apontamento que foi sugerido pela Tatiana (IDC) sobre a questão
51 do projeto da ETE. Informou que, em algum momento da reunião, foi sugerido o
52 acompanhamento de alguns membros, 2 ou 3 dessa Câmara Técnica no
53 acompanhamento junto ao INEA na avaliação ambiental do projeto, mas isso ainda não
54 chegou a ser acertado. Disse que quando tiver algum avanço dessa situação, vai trazer
55 para a CTSB. E o outro ponto foi a discussão da revogação ou não, da resolução 62, e
56 na reunião da Plenária deu como encaminhamento a discussão para as Câmaras
57 Técnicas, que vai ocorrer em uma Reunião Conjunta com a CTIL – G, porém ainda não
58 foi marcada. Outro ponto seria o encaminhamento de uma carta para que fosse solicitado
59 uma audiência pública, mas isso também não ocorreu. Vai ser discutido em uma reunião,
60 que ainda não ocorreu, para que seja tomada a decisão de encaminhar essa solicitação
61 ao INEA e ao empreendedor. Gilvoneick Souza (Socioambiental) pediu que na questão
62 da revogação ou não da Resolução 62 que seja dada prioridade. José Maximino (MPRJ)
63 informou que o Ministério Público acompanha o licenciamento ambiental do projeto de
64 proteção da Tomada d'água, então toda informação que a Câmara Técnica precisar,
65 seus integrantes, colocaria um grupo temático de segurança hídrica à disposição para
66 compartilhar todas as informações. O licenciamento da UTR foi objeto agora de uma
67 promoção para aditar o inquérito civil 01/2020, que também estão acompanhando.
68 Informou também que tiveram uma reunião com INEA na semana passada e foi dito que
69 o Comitê é um ator importantíssimo, até por força de um Resolução aprovada que a
70 fonte de custeio do financiamento dos quase R\$ 120.000.000,00 da contratação UTR
71 viria do Comitê. Inclusive um dos últimos artigos cita que a operacionalização da UTR
72 será objeto de instrumentos posteriores. Portanto, o MP está preocupado, até pela
73 segurança jurídica e operacionalização desses termos. Não só da conclusão da obra
74 para seguir o devido trâmite do licenciamento ambiental e acha fundamental o Comitê
75 participar ao longo de toda discussão. Pelo que foi informado vai ser uma LPI. Informou
76 também que em relação à proteção da tomada d'água ficaram surpresos com a pauta
77 da Alerj, fora de contexto, atropelando o Comitê, que como isso já estava sendo tratado
78 no Comitê, no mínimo, alguns representantes do Comitê e a sociedade como um todo
79 deveriam se manifestar com direito à informação prévia. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ)
80 aproveitou a colocação do Dr. Maximino e sugeriu que quando houver uma informação,
81 encaminhe uma solicitação de apresentação, assim será inserida na pauta da reunião.
82 Fátima Rocha (AGEVAP) informou que, na última reunião da CTSB, trouxeram uma
83 apresentação a respeito dos PMSBs dos municípios da Bacia e na época foram
84 levantados alguns pontos a respeito disso, por conta do andamento dessa contratação
85 e elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico dentro do INEA /SEAS, e ao
86 mesmo tempo o Instituto Rio Metrópole está atuando na construção dos planos. Nesse
87 meio tempo, receberam o ofício da SEAS falando sobre as suas elaborações e que é
88 muito importante trazer esse retorno para a Câmara Técnica ficar ciente. Daiana Gelelete

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO– 16.09.2021

89 (AGEVAP) informou que esse informe é em continuidade ao que foi apresentado na
90 última Câmara Técnica sobre o marco do saneamento e sobre a responsabilidade da
91 elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, tendo em vista que agora é
92 definido que vai existir um Plano Regional para área metropolitana. Isso havia sido
93 questionado pelo Comitê há algum tempo, como andava o andamento da elaboração
94 dos Planos Municipais de Saneamento Básico, definidos na Resolução nº 48/2010 e com
95 essa apresentação o INEA mandou um e-mail no dia 31/08 com os ofícios, que serão
96 lidos. Realizou a leitura do Ofício SEAS/SUPGER SEI Nº 08/2021, que constam dois
97 anexos que são: Ofício SEAS SUBSAN SEI nº 002/2021 e CI IRM/DIRSMI SEI nº 18,
98 que também foram lidos. José Maximino (MPRJ) solicitou, via chat, os ofícios e pediu
99 que sejam enviados por e-mail. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) falou ao Dr. Maximino que
100 vai pedir à Secretaria Executiva para que solicite à Diretoria Colegiada para que possa
101 enviar esse documento, pois apesar desse documento ter sido apresentado, ele foi
102 encaminhado para a Diretoria. Por isso precisa ser solicitado a eles que encaminhem e
103 para oficializar o fluxo de informação interna do Comitê. Tatiana Bastos (IDC) solicitou
104 que sempre que houver informes seja claro quais serão os informes e solicitou também
105 que os documentos apresentados na reunião sejam disponibilizados no link de
106 documentos da reunião. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) concordou com a Tatiana. José
107 Maximino (MPRJ) informou que ficou com uma dúvida, um dos últimos ofícios lidos do
108 Rio MetrÓpole cita a elaboração de um plano e em uma determinada passagem não
109 deixou claro se era só para o componente drenagem e resíduos sólidos, ficando com
110 dúvida porque dá entender que o componente abastecimento e esgoto também seria
111 objeto de discussão. Isso acaba deixando uma certa confusão, porque leu que na nossa
112 última reunião, a Resolução Conselho Deliberativo 8 de 28 de dezembro de 2020, no
113 artigo 3º: aprovar o Plano Metropolitano Regionalizado de Abastecimento de Água e
114 Esgotamento Sanitário, cuja íntegra se encontra presente no anexo 2. Diz isso porque a
115 própria lei 11.445 diz: são condições de validade dos contratos que tem por objeto a
116 prestação de serviços públicos de saneamento básico, 1 - existência de Plano de
117 Saneamento Básico. Então esses contratos não poderiam ser assinados se não partisse
118 do pressuposto de que esses planos estivessem vigentes. Além disso, está na lei que o
119 Plano de Saneamento que orienta o Plano de Investimento da Companhia e não o
120 inverso. E parte do pressuposto que o art. 17, parágrafos que foram citados pela Daiana
121 estão vigentes. Realizou a leitura do dispositivo que acha que é um dos mais importantes
122 que é o art. 19, §3º. Foi sugerido pela coordenação solicitar ao INEA e ao IRM realizarem
123 uma apresentação sobre o PMSBs e Plano Metropolitano para melhor entendimento.
124 **Item 6- Assuntos Gerais.** Tatiana Bastos (IDC) reiterou que poderia encaminhar para a
125 Alerj, Rio Metropolitano para que eles periodicamente informem ao Comitê Guandu -
126 CTSB, as ações que estão tomando nesse sentido. Informou que gostaria de solicitar à
127 AGEVAP que faça a comunicação em relação à falta dos membros da Câmara Técnica,
128 pois considerando que precisa de quórum, também precisa controlar presença. Fátima
129 Rocha (AGEVAP) informou que em relação ao primeiro item, a CTIL- G está trabalhando
130 e colocando em suas pautas, assuntos relacionados aos projetos de lei que estão em
131 andamento na Alerj. Semanalmente recebem uma lista levantada pela assessoria
132 jurídica que atende ao Comitê e atualmente a CTIL- G tem discutido algumas

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO BÁSICO– 16.09.2021

133 legislações, inclusive já saíram cartas do Comitê solicitando essa aproximação, para que
134 o Comitê tenha essa oportunidade de ser ouvido quanto a esses projetos de leis que são
135 colocados em pauta. Cristina Mendonça (IDC) disse que em termos da obra de
136 licenciamento da UTR, ficou um pouco preocupada porque a tecnologia utilizada nesse
137 processo é uma tecnologia que usa produtos químicos, intensiva em recursos, que vai
138 produzir gases de efeito estufa. Informou que tem referências na literatura, referências
139 práticas inclusive, na China, de obras de grande porte de soluções baseadas na natureza
140 como alternativa sustentável a essas tecnologias que têm custos operacionais mais
141 baixos, que tem menor impacto ambiental, que tem melhor adaptabilidade local.
142 Informou também sobre a situação de pesquisadores na Universidade do Porto, em
143 Portugal, mostrando a importância de soluções baseadas na natureza para controle de
144 contaminação. Perguntou, o que será proposto, como uma entidade propositiva ao poder
145 público, para mostrar que existem alternativas sustentáveis e economicamente
146 financeiras a essa UTR. Colocou-se à disposição para convocar especialistas de notório
147 saber. Disse que está preocupada em usar o recurso público do Comitê para financiar
148 rotas tecnológicas que não são sustentáveis. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) reiterou para
149 a Cristina que o Dr. Maximino vai reportar, em momento oportuno, pois ele acompanha
150 essa questão e vai trazer os desenvolvimentos junto ao Órgão Ambiental. Informou a
151 Cristina que se ela tiver algum especialista que ela conheça e queira trazer para ganho
152 de informação, informe e que poderá ser proposto na próxima pauta, Fátima Rocha
153 (AGEVAP) iniciou a votação para aprovação de encaminhamentos. Votaram os
154 seguintes encaminhamentos: 1 - No levantamento realizado pela assessoria jurídica,
155 quando houver assunto pertinente à saneamento, trazer a discussão à CTSB - Houve 4
156 (quatro) votos favoráveis, sendo de: de: LIGHT, ANAGEA/RJ, IDC e P.M. Piraí. 2 -
157 Apresentar a quantidade de faltas dos membros e procedimentos adotados para
158 exclusão – Houve 4 (quatro) votos favoráveis, sendo de: de: LIGHT, ANAGEA/RJ, IDC
159 e P.M. Piraí. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) reiterou o pedido a Lude, solicitando o
160 documento assinado da sua representatividade na reunião. **Encaminhamentos: 1-**
161 **Convidar o INEA para apresentação sobre o PROCON Água e sobre os Planos de**
162 **Ação e Emergência das Indústrias, referentes à região do Polo Industrial de**
163 **Queimados, caso existam E pedir que enviem os materiais com antecedência; 2-**
164 **Convidar a Sec M. Amb. Queimados para. apresentação sobre os Planos de Ação**
165 **e Emergência das Indústrias em sua totalidade, referente à região do Polo**
166 **Industrial de Queimados; 3- Convidar INEA e IRM para apresentar sobre**
167 **os PMSBs; 4- No levantamento realizado pela assessoria jurídica, quando houver**
168 **assunto pertinente à saneamento, trazer a discussão à CTSB. 5 - Apresentar a**
169 **quantidade de faltas dos membros e procedimentos adotados para exclusão.**
170 Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às
171 12h15min. Eu, Maria Luiza Dias de Souza (AGEVAP), tomei a termo esta ata que segue
172 assinada por:

173

Marcelo Danilo da Silva Bogalhão
(ANAGEA – RJ)

Mário Luiz Dias Amaro
(P.M. Piraí)

Pág.4 de5

Coordenador CTSB

Subcoordenador CTSB

- 174
175 **Presentes:** Carlos Alberto Brasília Júnior (LIGHT); Marcelo Danilo da Silva Bogalhão
176 (ANAGEA/RJ); Cristina Mendonça (IDC); Karina de Moura Costa Alencar (ABES); Mario
177 Luiz Dias Amaro (P.M. Pirai); Saulo José de Azevedo de Paula (P.M. Miguel Pereira);
178 Rodrigo Bianchini Greco Alves (INEA).
- 179 **Ausentes:** Douglas Francisco (FCC SA); Daniel Okumura (CEDAE- Abast.); Ícaro
180 Moreno Junior (Universidade de Vassouras); Ronald Gontijo do Nascimento (P.M.
181 Mendes).
- 182 **Convidados:** Tatiana Bastos (IDC); Gilvoneick Souza (Ong SocioAmbiental); Cesar
183 Augusto (Light); Lude Viana (Light); Caio Senise (MPRJ); José Maximino (MPRJ);
184 Sabrina Carvalho; Rafael Welter (AGEVAP); Fátima Rocha (AGEVAP); Daiana Gelete
185 (AGEVAP); Amanda Resende (AGEVAP).